

Sumário

PALAVRA DA VICE-PRESIDENTE	15
---	-----------

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>O conceito de remuneração para a incidência da contribuição social do empregador</i> Jorge Alberto Araújo de Araújo	19
---	----

<i>O controle judicial de políticas públicas</i> Giselle de Amaro e França	27
---	----

JURISPRUDÊNCIA EM DESTAQUE

Desaposentação. Renúncia à aposentadoria. Cabimento. Desnecessidade de restituição dos proventos. Implantação do novo benefício. Termo inicial. Citação. Decadência/prescrição. Inocorrência.

Ag AC 0000369-04.2011.4.03.6106 Relatora Desembargadora Federal Lucia Ursaia	53
---	----

COMENTÁRIOS

Alexandre Sormani	61
Ana Júlia Kachan	72
Rafael Andrade de Margalho	76

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Responsabilidade civil do Estado em razão de omissão. Policial rodoviário federal ferido em serviço. Não fornecimento de treinamento e equipamento de segurança adequados.</i> ApelReex 0003858-33.1998.4.03.6000 Desembargador Federal André Nabarrete	83
--	----

Medida Cautelar. Requisitos. “Fumus boni iuris” e “periculum in mora”. Ausência. Doação. Bem público. Zona industrial. Encargos. Cumprimento. Consolidação da propriedade. Penhora. Possibilidade.

REO 1007926-64.1998.4.03.6111

Desembargador Federal André Nekatschalow94

Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Indenização pela terra nua. Parâmetros.

Ag AC 0000385-28.2001.4.03.6002

Desembargador Federal Luiz Stefanini99

Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF objetivando a responsabilização de entidades sindicais por danos provocados por greve dos agentes da polícia federal, escrivães e papiloscopistas. Não caracterização do exercício abusivo do direito de greve.

Ag AC 0016039-47.2004.4.03.6100

Desembargador Federal Johonsom di Salvo 109

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Dano ao erário. Imprescritibilidade. Cirurgias ressarcidas pelo SUS. Preenchimento de guias de internação.

AC 0000518-34.2011.4.03.6127

Desembargador Federal Márcio Moraes..... 117

Pedido de remoção incondicionado de Juiz Federal para outra região. Possibilidade. Edital de remoção da competência do órgão de destino.

PA 0001023-39.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Roberto Haddad131

Militar. Dispensa de incorporação por excesso de contingente. Superveniente graduação em medicina. Nova convocação para o serviço militar. Aplicação da Lei nº 12.336/2010: impossibilidade.

Ag AI 0004116-10.2012.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita..... 139

Reintegração de posse. Desocupação já apreciada. Benfeitorias. INFRAERO.

AI 0009730-93.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Marli Ferreira 143

Suspensão de tutela antecipada. Decisão que determinou a nomeação da autora para cargo de administradora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, tendo em vista sua aprovação em concurso público. Não demonstrada a potencialidade lesiva da decisão.

SLAT 0029134-33.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca 146

DIREITO CIVIL

Indenização por danos materiais. Depósito realizado via terminal eletrônico. Envelope apontado pelo banco como contendo somente R\$ 710,00, quando o correto, segundo a correntista, seria R\$ 1.710,00. CEF a deixar de comprovar, por meio de filmagens, qual o procedimento adotado no manuseio do receptáculo. Dever de indenizar.

AC 0005203-11.2006.4.03.6111

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....151

DIREITO CONSTITUCIONAL

Mandado de Segurança. Fornecimento de medicamento. Neoplasia maligna. Legitimidade da União, dos Estados e dos Municípios. Solidariedade.

Ag AMS 0024847-70.2006.4.03.6100

Desembargadora Federal Cecília Marcondes157

Concurso público. Carreira militar. Repercussão geral. Limite de idade estabelecido em editais e regulamentos. Validade até 31 de dezembro de 2011.

AC 0002088-24.2007.4.03.6118

Desembargador Federal Mairan Maia 164

Ação de manutenção de posse. Agravo contra decisão que ordenou a retirada imediata de silvícolas da Comunidade Indígena Pyelito Kue estabelecidos na área da Fazenda Cambará. Determinação de permanência dos índios exclusivamente no espaço atualmente ocupado por eles, restrito a um hectare, até o término do procedimento administrativo de delimitação e demarcação das terras na região.

Ag 0029586-43.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecilia Mello167

DIREITO PENAL

Recurso extraordinário. Alegação de violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, sob o argumento de contrariedade ao “Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal”.

RE ACr 0002467-64.2004.4.03.6119

Desembargadora Federal Salette Nascimento.....175

Crime contra a ordem tributária. Sonegação fiscal. Súmula vinculante nº 24. Imposto de renda de pessoa física. Utilização de recibos falsos.

ACr 0001974-22.2005.4.03.6000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 180

Revenda de gasolina em desacordo com as normas estabelecidas em lei. Violação de sinal empregado por funcionário público da ANP para cerrar bombas de combustível.

ACr 0000540-32.2008.4.03.6181

Desembargador Federal Peixoto Junior 185

Tráfico internacional de entorpecentes. Inocorrência de “bis in idem”. Inaplicabilidade das causas de diminuição de pena previstas no artigo 24, § 2º, do Código Penal e no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Constitucionalidade da pena de multa.

ACr 0007306-88.2011.4.03.6119

Juiz Federal Convocado Paulo Domingues 194

Tráfico transnacional de cocaína. Flagrante delito. Direito de não se autoincriminar. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Estado de necessidade não configurado. Confissão e menoridade.

ACr 0009947-57.2011.4.03.6181

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....202

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Revisão da RMI. Aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença.

Ag AC 0000627-93.2006.4.03.6104

Desembargadora Federal Marianina Galante209

Pensão por morte. Revisão administrativa. Decadência. Inocorrência. Benefício decorrente de aposentadoria de ex-combatente. Critério de fixação da renda mensal. Princípio do “tempus regit actum”.

Ag AMS 0004400-12.2008.4.03.6126

Desembargador Federal Nelson Bernardes 215

Aposentadoria por invalidez. Incapacidade total e permanente. Dor e impotência funcional em quadril. Nenhum segurado está obrigado a submeter-se a ato cirúrgico para superar causa incapacitante.

Ag AC 0006982-84.2009.4.03.6114

Desembargador Federal Fausto De Sanctis.....226

Atividade especial. Profissionais de saúde. Presunção legal de atividade insalubre.

Ag AC 0008389-44.2011.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento229

Aposentadoria por invalidez. Requisitos comprovados. Qualidade de segurado. Sequela de poliomielite.

Ag ApelReex 0021729-53.2011.4.03.9999

Juíza Federal Convocada Carla Rister232

Ação Rescisória. Aposentadoria por idade rural. Comprovação do exercício da atividade rural. Extensão da qualificação profissional do marido que passou a exercer atividade urbana.

AgRg AR 0009090-90.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos236

Ação de restabelecimento de benefício previdenciário. Desconto mensal de 30% dos proventos recebidos pelo segurado para pagamento de verba honorária advocatícia. Inadmissibilidade.

Ag 0025122-73.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Vera Jucovsky 259

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação Rescisória. Extinção do processo sem resolução do mérito. Sucessão processual. Inércia do autor na indicação de herdeiros da ré. Efeitos patrimoniais em relação aos sucessores não comprovada.

AgRg AR 0088929-34.1993.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes 265

Juros de mora. Período de incidência. Súmula Vinculante nº 17.

Ag AC 0000245-08.1999.4.03.6117

Juiz Federal Convocado Carlos Francisco 274

Litigância de má fé. Multa.

AC 0075611-47.1999.4.03.9999

Desembargadora Federal Daldice Santana 282

Embargos Infringentes manifestamente incabíveis. Agravo intempestivo. Peticionamento via fac-símile deve obedecer ao horário regular do expediente forense.

EI 0000308-87.2003.4.03.6183

Juiz Federal Convocado Souza Ribeiro 292

Pedido de uniformização de jurisprudência recebido como embargos de declaração. Caracter infrigente. Descabimento.

EDcl AC 0003121-19.2005.4.03.6183

Desembargador Federal Walter do Amaral 296

Ação Rescisória. Aposentadoria por idade rural. Duplicidade de ações. Litispendência superada pela coisa julgada formada na segunda demanda. Inexistência de violação a literal disposição de lei.

AR 0061165-53.2005.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 302

Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública da União. Seguro-desemprego. Rescisões de contrato de trabalho homologadas por sentença arbitral.

AC 0012795-11.2011.4.03.6183

Desembargador Federal Baptista Pereira 315

Quebra de sigilo bancário por requisição administrativa. Lei Complementar nº 105/2001.

Ag AI 0001644-36.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 322

Conflito Negativo de Competência. Impugnação de ato administrativo por candidato ao cargo de técnico judiciário. Competência da 2ª Seção deste Tribunal.

CC 0021603-90.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto326

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Furto qualificado mediante fraude. Movimentação fraudulenta em conta de depósito administrada pela CEF. Competência da Justiça Federal.

RSE 0013723-79.2009.4.03.6102

Desembargador Federal José Lunardelli329

“Habeas corpus”. Concessão parcial. Estrangeira inadmitida. Gestante. Parto prematuro. Autorização para realização de exames.

ReeNec 0013081-84.2011.4.03.6119

Desembargadora Federal Vesna Kolmar333

DIREITO TRIBUTÁRIO

IRPJ. Declaração retificadora apresentada a destempo. Impugnação administrativa intempestiva. Inscrição da dívida ativa.

AC 0014785-83.1997.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior339

Juízo de retratação. COFINS. Prestadora de serviços.

ApelReex 0000668-14.2002.4.03.6100

Desembargadora Federal Alda Basto342

Anulatória de débito previdenciário. Despesas com seguro de vida em grupo. Natureza indenizatória.

ApelReex 0008215-40.2005.4.03.6120

Desembargadora Federal Ramza Tartuce346

Execução Fiscal. Cobrança de IPTU pelo município de São Paulo em face da CEF. Programa de arrendamento residencial. Prestação de serviço público pela empresa pública. Imunidade recíproca.

AC 0048872-61.2007.4.03.6182

Juiz Federal Convocado David Diniz 351

PIS. COFINS. Inclusão do ICMS na base de cálculo. Prescrição. Tributos sujeitos ao lançamento por homologação ou autolancamento.

AMS 0007486-42.2008.4.03.6109

Desembargadora Federal Regina Costa358

Imposto de renda de pessoa física. Quebra da estabilidade provisória. Gestante. Indenização. Não incidência.

ApelReex 0017141-60.2011.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida371

SENTENÇAS

Concessão de benefício previdenciário. Conversão de tempo de serviço de atividade especial em comum. Fraude. Crime de estelionato contra o INSS. Laudos idôneos, embora tecnicamente questionáveis. Infração disciplinar.

0000108-86.2003.4.03.6181

Juiz Federal Toru Yamamoto 377

Reforma agrária. INCRA. Pedido de outorga do instrumento definitivo de titulação no projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Descumprimento de cláusulas resolutorias. Arrendamento parcial do lote.

0011004-70.2009.4.03.6120

Juíza Federal Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa.....389

Pensão por morte. Companheiro em união homoafetiva mantida com o falecido até a data do óbito.

0049498-09.2010.4.03.6301

Juiz Federal Fernando Henrique Corrêa Custodio409

Servidor da Marinha do Brasil. Portador assintomático do vírus HIV. Transferência para a reserva remunerada. Isenção do imposto de renda relativo aos seus proventos.

0000372-71.2011.4.03.6004

Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales 415

Dívida ativa com origem em ITR. Alegação de transmissão da propriedade do imóvel. Bloqueio de contas bancárias. Constrição além do montante do débito que impediu a realização de outra aquisição imobiliária. Pedido de condenação da União ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Inadmissibilidade.

0011946-94.2011.4.03.6100

Juiz Federal Djalma Moreira Gomes..... 421

Ação Civil Pública. Elaboração de Plano de Assistência Social (PAS) relativo às safras do setor sucroalcooleiro.

0000067-87.2012.4.03.6122

Juiz Federal Bruno Santhiago Genovez..... 427

Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Terço de férias. Inexigibilidade.

0004323-27.2012.4.03.6105

Juíza Federal Raquel Coelho Dal Rio Silveira.....434

SÚMULAS 441

